

ano 21 – n. 121 | janeiro/fevereiro – 2023
Belo Horizonte | p. 1-320 | ISSN 1678-8656
R. Fórum de Dir. Tributário – RFDT

Revista Fórum de
DIREITO TRIBUTÁRIO
RFDT

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Aproveitamento dos créditos de PIS utilizados na comercialização de combustíveis. Incidência monofásica. Conteúdo e alcance do conceito de ‘insumos’ para a apropriação de créditos estabelecida pela Lei nº 10.637/02 e Lei nº 10.833/03

Rogério Vidal Gandra da Silva Martins, Roberta de Amorim Dutra9

Tributação dos lucros e dividendos distribuídos à pessoa física: em busca de um sistema tributário mais progressivo

Geila Lídia Barreto Barbosa Diniz23

1 Introdução23

2 Algumas linhas sobre a progressividade do Imposto sobre a Renda24

3 O que os dados revelam sobre a progressividade do IRPF no Brasil?.....25

4 Algumas justificativas em prol da tributação dos lucros e dividendos distribuídos às pessoas físicas.....29

5 Conclusão: a tributação dos dividendos como um caminho possível rumo à maior progressividade do Imposto de Renda da Pessoa Física.....33

Referências35

Tributação sobre combustíveis nas operações internas

Cassiano Dias de Souza37

1 Introdução37

2 Histórico38

3 Breves considerações sobre a tributação dos combustíveis.....40

4 A regulação do setor no Brasil.....49

5 A incidência tributária no preço dos combustíveis50

5.1 ICMS54

5.2 CIDE57

5.3 PIS/PASEP58

5.4 COFINS59

6 A alternativa das fontes renováveis60

7 Contexto atual63

8 Conclusão66

Referências69

Uma sistematização da jurisprudência repetitiva do STF e do STJ sobre as contribuições previdenciárias	
Julio Siqueira, Daurly César Fabríz	75

A evolução dos trabalhos sobre conformidade cooperativa no âmbito da OCDE	
Phelippe Toledo Pires de Oliveira	81
Introdução	81
1 A criação do Fórum das Administrações Tributárias e a Declaração de Seul	83
2 O estudo sobre os intermediários tributários e o desenvolvimento da relação aprimorada	84
3 O desenvolvimento do conceito de conformidade cooperativa	86
4 O aprimoramento do marco de controle fiscal	88
5 Outros trabalhos complementares recentes	89
Conclusões	90
Referências	91

A tributação como fenômeno do justo: ensaio de uma Filosofia do Direito Tributário	
Raphael Silva Rodrigues, Rodrigo Almeida Magalhães, Thiago Penido Martins	93
1 Introdução	93
2 O cânone da justiça	94
3 A tributação como fenômeno do justo	97
4 Considerações finais	102
Referências	103

A cisão empresarial e a responsabilidade por tributos e sanções pecuniárias tributárias	
Alessandro Del Col	105
1 Introdução	105
2 Cisão empresarial e suas modalidades	106
3 Operacionalidade da cisão empresarial e a responsabilidade pelas obrigações	109
3.1 Protocolo e justificação	110
3.2 Aprovação pela Assembleia-Geral e a avaliação do patrimônio líquido	112
3.3 Ágio na cisão empresarial com a absorção do capital social e incentivos fiscais	114
3.4 A sucessão e a responsabilidade perante terceiros na cisão empresarial	115
4 Responsabilidade tributária na cisão empresarial	117
5 Responsabilidade por sanções pecuniárias tributárias	124
6 Conclusões	129
Referências	131

A execução fiscal no sistema multiportas: estudo de caso do Projeto de Lei nº 4.257/2019	
Vicente Férrer de Albuquerque Júnior	135
Introdução	135

1	A (in)disponibilidade do interesse público e a cobrança administrativa da dívida ativa.....	138
2	O modelo de execução administrativa da dívida ativa proposto no Projeto de Lei nº 4.257/2019.....	143
3	Modernização na cobrança da dívida ativa no Brasil: as medidas de desjudicialização adotadas pela fazenda nacional.....	147
4	Sistema multiportas e o Projeto de Lei nº 4.257/2019: a proposta de execução fiscal administrativa no Brasil	151
	Conclusão	155
	Referências	157

PARECER

Parecer. Contrato de compartilhamento de custos entre matriz americana e filial situada no Brasil. tributação dos reembolsos para o exterior

Sergio André Rocha	163
I Considerações introdutórias	163
1 Contexto fático	163
2 Escopo e quesitos	165
II Fundamentos jurídicos deste parecer.....	166
1 Breves comentários sobre os contratos de compartilhamento de custos e despesas	166
1.1 A exigência de contrato escrito.....	167
1.2 O critério de rateio	167
1.3 O compartilhamento é de atividades-meio, não de atividades-fim	168
1.4 A inexistência de margem de lucro	169
1.5 Um contrato de compartilhamento de custos e despesas não é um contrato de prestação de serviços.....	170
2 Os fatos geradores dos tributos considerados neste parecer.....	171
2.1 O fato gerador do IRRF	171
2.2 Os fatos geradores da CIDE-Royalties, do PIS/COFINS-Importação e do ISS.....	174
3 Manifestações relevantes da Receita Federal do Brasil	177
3.1 Verdadeiros reembolsos não são tributáveis	177
3.2 Reembolsos no âmbito de contratos de compartilhamento não geram renda para a centralizadora.....	178
3.3 Compartilhamento de custos não é uma prestação de serviços	181
3.4 Reembolsos no contexto de um contrato de compartilhamento de custos e despesas não são passíveis de tributação.....	182
4 Conclusão desta seção	185
III Análise da situação concreta apresentada para análise	186
1 Não se pode esquecer: a [•] Brasil é uma filial	186
2 O que se está compartilhando é infraestrutura administrativa.....	187
3 Não se identifica qualquer caráter lucrativo no contrato.....	187
4 O benefício mútuo é evidente.....	187
5 O contrato prevê critérios objetivos e razoáveis de rateio.....	188
IV Respostas aos quesitos	189

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

Minérios e recursos minerários – Meio ambiente ecologicamente equilibrado – Defesa do solo e dos recursos naturais – Controle, monitoramento e fiscalização das atividades de mineração – Lei nº 19.976/11 – Alteração promovida pela Lei nº 20.414/12 – Vedação ao efeito confiscatório – Regime constitucional de mineração – Federalismo patrimonial. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.785/MG 195

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial – Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) – Base de cálculo pelo valor efetivo da operação – Restituição da diferença – Juízo de retratação. Recurso Especial nº 525.625/RS..... 257

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial Repetitivo – Processo Civil e Tributário – Execução fiscal – Bloqueio de valores do devedor via sistema BACENJUD anterior à concessão de parcelamento fiscal – Manutenção da constrição – Precedentes – Reafirmação da jurisprudência consolidada desta Corte. Recurso Especial nº 1.696.270/MG 287

EMENTÁRIO 305

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS..... 313

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES 319